

“Apagão Cognitivo”: A Crise Energética e sua Sociologia*

Roberto Grün

O ENQUADRAMENTO DO PROBLEMA NAS ELITES DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A crise do abastecimento de energia elétrica que o Brasil começou a sofrer no início de 2000 pode receber uma leitura esclarecedora a partir da sociologia cognitiva. O “apagão” pode ser apontado como um erro crucial do planejamento do governo de Fernando Henrique Cardoso. Sem dúvida, muito sofrimento – consubstanciado na desaceleração evitável da atividade econômica em geral, na perda de empregos, na transferência de renda para diversas categorias de especuladores – poderia ter sido evitado por uma melhor previsão das circunstâncias que levaram ao racionamento de energia no início dos anos 2000. As autoridades governamentais receberam inúmeras advertências de técnicos e empresários ligados ao setor elétrico, sejam os do pólo público ou do privado, sobre o desastre que se avizinhava, mas nem por isso o problema recebeu atenção e, muito menos, as providências devidas dos agentes do governo federal que dispunham de poder para alterar esse “destino natural”.

* Este texto foi escrito graças aos dados colhidos em pesquisas financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Agradeço às entidades pelo auxílio prestado.

Tento contribuir para a explicação das razões desse “apagão cognitivo” através da descrição de algumas características do clima cultural do passado recente as quais tornaram mais provável o descarte das evidências que mostravam a iminência do desastre. De um modo geral, trata-se de explorar a idéia de que vivemos um período no qual a ação correta na esfera econômica é aquela que estimula a busca da auto-satisfação nos mercados e, portanto, a tarefa dos governos é de não atrapalhar a espontaneidade dos indivíduos que buscam seus próprios interesses. Nesse quadro, as eventuais ações do Estado, em prol da planificação, são vistas como interferências indevidas na competição entre indivíduos e empresas e devem ser evitadas a todo preço, pois modificam o estado de equilíbrio da natureza, ocasionando conseqüências negativas imprevisíveis. Dessa maneira, dadas as repercussões negativas na esfera dos formadores da opinião pública, sensíveis à violação do princípio da espontaneidade, a tendência mais provável é de o Estado evitar ações que conotem uma ambição intervencionista.

A crítica à ação – ou à inação – governamental no setor de energia seguiu uma clivagem diferente daquela que corta normalmente a esfera política, mostrando a autonomia da dinâmica e dos conflitos cognitivos em relação àquele espaço. As palavras de Antônio Ermírio de Moraes sintetizam a amplitude da crítica. Disse o empresário, aliás, não só apoiador daquele governo, como também apreciando positivamente uma eventual candidatura de Pedro Malan para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso: "Acredito que sete de maio de 2001 foi o dia mais infeliz para o presidente da República, quando ele declarou que a crise energética foi uma surpresa para ele" (Amaral, 2001). Mais importante para o argumento que pretendo desenvolver, conforme as próprias palavras do programa de governo para o primeiro mandato de Fernando Henrique: "A crise energética que surpreendeu FHC foi prevista em seu plano de governo, lançado em 94: em setores como energia e comunicações, estamos próximos do estrangulamento e o colapso só não ocorreu devido ao menor ritmo de crescimento econômico da última década" (*Folha de S. Paulo*, 16/5/2001). Como se vê, o problema não ocorreu por falta de aviso, nem mesmo pela necessidade política de não poder dar razão a setores em oposição ao então governo federal. Procurarei demonstrar que se tratou mais de uma espécie de cegueira cognitiva, conforme as formulações de Douglas (1986; 1992). A cegueira produziu o desprezo das evidências da aproximação do problema. E isso ocorreu em grande parte devido a um processo de deslegitimação daqueles que o avisavam. Esses indivíduos foram tidos como: ou fun-

cionários do setor, corporativos que lutavam contra a privatização do setor elétrico, ou analistas e empresários interessados na sua magnificação, pois, assim, extrairiam lucros simbólicos ou econômicos.

Uma vez constatado o desastre, teve início a busca dos culpados. No primeiro lugar dessa galeria, apareceu o antigo ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, que havia sido demitido no início de 2001. Ele defendeu-se dizendo que alertou o presidente e as autoridades econômicas, mas não foi ouvido. Por outro lado, foi responsabilizado em um relatório governamental (Medina, 2001) e houve uma tentativa do núcleo governamental de “externalizar” o problema, atribuindo a culpa ao senador Antônio Carlos Magalhães, que teria sido o padrinho político, responsável pela indicação de Tourinho para o Ministério.

Por sua vez, o ministro Pedro Malan, tido como o todo-poderoso do período, afirmou não ter se dado conta da gravidade do problema, ainda que alertado pelos especialistas. Segundo consta da *Folha de S. Paulo*, (10/5/2001), “o governo não sabe bem que atitudes tomar e seus ministros estão desinformados. David Zylbersztajn, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo e genro do presidente, disse que apenas na terça-feira os ministros da área econômica tiveram o primeiro contato ‘com a real extensão da gravidade da crise’, ‘a pior em 60 anos’”. E, de forma característica, avaliou que o equívoco não comprometeu a sua legitimidade no cargo, como mostra o trecho:

“O ministro da Fazenda, Pedro Malan, admitiu ter havido ‘problemas de comunicação e de coordenação das equipes do governo’, que demoraram a tomar conhecimento da crise energética que atinge o país. ‘Não tenho nenhum problema em admitir isso’, disse. Segundo Malan, o momento não é de buscar os culpados pela crise do setor. ‘A esta altura, é preciso resolver os problemas’, afirmou” (*Folha de S. Paulo*, 15/5/2001).

E em outra ocasião: “A crise de energia, disse, é a sexta que acomete o país em menos de 10 anos. O país não pode receber com ‘baixo astral e depressão’ as dificuldades atuais, que são inevitáveis no contexto de uma economia globalizada” (Hollanda, 2001). E nem tampouco mudou a sua conduta de tesoureiro severo, ainda que tenha sido diretamente apontado como causador da crise em processo judicial (Neto, 2001).

Por sua vez, uma comissão de investigação nomeada pelo próprio governo, a “Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica”, exarou no seu parecer que “a falta ou o atraso das obras de transmissão e geração são ‘fator predominante para a ocorrência da crise’. O aumento de consumo de energia, outro fator citado pelo governo como causa da crise, ficou dentro do previsto”. E, para que não parem dúvidas, disse também que a falta de chuvas “por si só não seria suficiente para causar a crise” (Medina, 2001).

O quadro traçado acima indica claramente que nos confrontamos com um desastre. Entre outros aspectos, diversos analistas assinalaram que a crise energética abortou um processo de retomada econômica que se esboçava no período assinalado (Souza, 2001). Por exemplo, nas palavras ácidas de Delfim Netto (2003):

[...] a cruel barbearagem de programação do setor energético devorou, nas mais conservadoras expectativas, 2% do PIB em 2001/2002 pela restrição física da oferta de energia elétrica. O custo da energia subiu definitivamente com as mais graves e duradouras conseqüências para a eficiência produtiva nacional. O ‘apagão’ e seus desastrosos remendos roubou do Brasil uma das suas mais importantes vantagens comparativas: a energia hidrelétrica abundante e relativamente barata”.

Conseqüentemente, o emprego, os investimentos sociais e o desenvolvimento em geral foram seriamente castigados. E as avaliações e evidências nos levam a crer que a natureza foi, no máximo, um ator coadjuvante da tragédia. Estamos diante de um desastre social e cabe à sociologia explicá-lo.

UMA TEORIA PARA O DESASTRE

Trabalho a temática do “apagão” através de uma abordagem cognitivista, que se inspira em Durkheim. A chamada “revolução cognitivista” alterou sensivelmente as pautas de diversas disciplinas como a lingüística e tornou a exploração da cognição uma ciência nela mesma – as chamadas ciências cognitivas (Wilson e Keil, 1999). Como mostra DiMaggio (1997), o impacto da abordagem na sociologia não é tão dramático, mas assim mesmo se difunde em diversas áreas e tende a ampliar seu escopo.

A análise sociológica do risco e do desastre proposta por Douglas e Widdavsky (1982) e Douglas (1985), ancorada em Durkheim e Karady

(1975) e Fleck (1979) fornece o espaço teórico por onde passa a análise que proponho. Nela, os condicionantes sociais atuam, produzindo vieses na percepção de quaisquer saliências, em especial daquelas que podem produzir riscos. Em *bon Durkheim* as ameaças mais percebidas são aquelas que põem em risco a ordem social à qual os agentes são positivamente ligados, enquanto outros riscos eventuais tendem a ser ignorados.

Fleck (*idem*) fornece um primeiro quadro mais direto para a análise. O autor, médico infectologista, que escreveu trabalhos sobre diversas afecções, mostra como o conhecimento científico sobre doenças, em especial a sífilis, é gerado, aprofundado e difundido na comunidade médica e científica através de coletividades de pensamento dotadas de uma dinâmica fundamentalmente social, predispostas a perceber e aceitar determinados arrazoados, e a ignorar e rejeitar outros¹. Novamente em *bon Durkheim*, os enunciados aceitos são aqueles que reiteram os princípios de estruturação dos grupos que os retém e, assim, são rejeitados aqueles outros que põem em causa os mesmos princípios.

Nos termos da digressão acima, tentarei desenvolver aqui a idéia que se formou no Brasil recente de uma coletividade de pensamento em torno da celebração da versão que internacionalmente é dominante sobre o conteúdo da modernidade: que a adesão a esse agrupamento é uma fonte importante de auto-estima e de construção de identidades positivas; e que o pertencimento a esse grupo é essencial na busca de chances de inserção nos circuitos sociais que monopolizam as chances de entrada para posições de prestígio em diversas esferas – entre elas, a da comunicação social, que engloba a mídia propriamente dita, a política e a franja da intelectualidade (não só entre os economistas, mas também entre as outras especialidades) que é reconhecida como relevante no debate público e na arena semi-pública que nos acostumamos a chamar de mercado financeiro². Finalmente, uma vez estruturada a exposição acima, procurarei sustentar que a família de pensamento que vertebra aquela visão de modernidade produz uma espécie de cegueira institucional que impede que seus membros façam uma avaliação eficiente de riscos como aquele que provocou o apagão.

Como quaisquer processos de construção de identidade, as famílias de pensamento afirmam-se em contraste a seus oponentes. Genericamente, podemos nos apoiar no “mapa cultural” proposto por Douglas, que constrói um instrumento de análise dos conflitos culturais da socieda-

de contemporânea, justapondo aquela noção basilar da antropologia à divisão fundamental das sociedades capitalistas entre hierarquia e mercado já proposta em Weber e Swedberg (1999).

Na minha proposta analítica, a atual família de pensamento dos modernos afirma-se na celebração de uma versão contemporânea da visão de mercado que tem como corolário a estigmatização das idéias que se inspiram no princípio da hierarquia. Assim aparece a lógica social da disseminação recente do uso de adjetivos como “jurássico”, “fracasso-maniaco”: a operação simbólica necessária para, menosprezando os que estão do outro lado da cerca, lembrar os princípios de estruturação do novo credo aos seus participantes e àqueles que querem aderir ao *bandwagon* da nossa modernidade. Especificamente no setor elétrico, apareceu o sugestivo termo “*eletrossauro*”, para estigmatizar aqueles que insistiam no perigo da falta de energia, normalmente os mesmos que punham em dúvida o modelo de privatização adotado, e as suas (poucas) manifestações ganharam uma tonalidade de lamento dos perdedores, a versão do momento das jeremiadas do Velho Testamento.

No panorama construído para a discussão do problema, creio que seja pertinente tratá-lo a partir da idéia recente de “guerra cultural”, ainda que diversos autores nos lembrem da sua imprecisão e do perigo social de usá-lo indiscriminadamente³. A nossa “guerra cultural” interna talvez possa mais propriamente ser chamada de a batalha mais recente de uma disputa bem antiga. Procurarei a seguir esboçar os pontos dessa contenda simbólica que me parecem mais importantes para explicar o nosso apagão cognitivo. O registro das oscilações cognitivas, que apresentarei a seguir em uma linguagem analógica, aparentemente deslocada em um texto de pretensões acadêmicas, não tem essa forma por acaso. Escolho essa maneira pois, assim, procuro fazer registrar que seus efeitos sociais se produzem buscando conteúdos e emoções originários das experiências religiosas e/ou familiares. Trata-se justamente de tentar mostrar a maneira como o conflito cognitivo instala-se e opera na sociedade. A tendência é produzir climas culturais que se transmutam em espaços cognitivos, os quais, por sua vez, constroem e direcionam a apreensão e interpretação da realidade social. Esse processo começa concentrando a nossa atenção sobre determinados aspectos, considerados relevantes e, conseqüentemente, descartando aspectos que não se enquadram na lógica de raciocínio prevalente e, segundo,

criando os contornos dos tratamentos possíveis aos fatos previamente selecionados⁴.

A TEORIA NO ESPAÇO BRASILEIRO

Para dar conta do clima cultural que gerou o apagão, podemos estabelecer uma cronologia, que desemboca na formação dos circuitos de poder⁵ no Brasil dos anos 1990. Ela nutre-se de um conjunto de oposições simbólicas, manejadas por diversos setores das elites nacionais, que interagem desde os anos 1950 pelo menos, embora as linhas mestras dessa tensão já possam ser identificadas no conflito entre mascates e senhores de engenho no Pernambuco colonial (Mello, 1995). As suas resultantes momentâneas produzem as agendas que tornam algumas discussões possíveis – e outras não – e, conseqüentemente, predeterminam o sentido das ações públicas e privadas legítimas, ao tornar marginais as possibilidades de ocorrência de atos e falas incompreensíveis no enquadramento cognitivo do momento.

Um mapeamento de superfície dessa dinâmica cultural que rege o espaço dos possíveis e prováveis na esfera econômica pode ser construído a partir da cronologia abaixo:

1) Situamos um momento $T(0)$ em torno do período Juscelino Kubitschek, que teve como principais marcos no maior nível de generalidade a construção de Brasília; a formulação e implantação de uma política industrial ativa, cujo principal marco foi o da instalação da indústria automobilística no Brasil, ajudada pela construção de uma aparelhagem de fomento centrada no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE em 1956, e todos esses fatos foram simbolicamente secundados pela primeira conquista do Campeonato Mundial de Futebol na Suécia em 1958 – com o futebol servindo de veículo para expressarmos nossas esperanças e angústias. Esse período foi registrado positivamente na nossa história como marco do dinamismo de que somos capazes e, no seu ocaso, lembrado também, de maneira menos expressiva, como um ponto de inflexão negativa no que diz respeito aos problemas da inflação e da corrupção⁶.

2) Um segundo momento cognitivo $T(1)$ pode ser vislumbrado a partir do golpe de Estado de 1964, que instaura o Plano de Ação Econômica Governamental – PAEG como plano econômico mestre, destinado a “recolocar a economia nos trilhos”, reduzindo a inflação, proclamando e justificando o novo regime como o retorno da seriedade e da compos-

tura no trato da coisa pública. Não mais os excessos inconseqüentes dos tolos sonhadores, que eram aproveitados pelos corruptos para o enriquecimento ilícito, mas os rigores da contabilidade em todas as esferas da sociabilidade: gastou, tem de pagar; pecou, tem de expiar. E por incrível coincidência, a desclassificação melancólica da seleção na Copa de 1966 na Inglaterra serviu de veículo para expressar o pessimismo daquele período. Em suma, a ordem foi restaurada com grande apoio das classes médias e das elites tradicionais, mas com prejuízo do progresso⁷. O PAEG levou a uma quebradeira econômica, que em si pode ter sido uma das responsáveis pela turbulência que associamos aos acontecimentos políticos de 1968.

3) A recuperação econômica do início dos anos 1970 fez-nos entrar no momento $T(2)$. Nós nos reencontramos com o futuro, no Brasil grande dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e da Copa do Mundo de 1970. O planejamento governamental dos tecnocratas ligados ao governo militar montava um Brasil industrializado que estava destinado a se tornar uma grande potência, baseada no tripé descrito por Evans (1979): *Empresa pública-Empresa nacional de grande porte-Empresa multinacional*. Reparemos na construção semântica da época: a taxonomia proposta por intelectuais como Luiz Carlos Bresser-Pereira e Carlos Estevam Martins foi acatada, e, então, passamos a ter tecnocratas do futuro, que nas construções dos autores acima constituíam-se em uma nova espécie de atores, em tudo opostos aos burocratas do passado (Bresser-Pereira, 1972; Martins, 1977; 1985). No registro da política econômica propriamente dita, a generalização do uso da correção monetária construiu um novo quadro de equivalências que permitiu o convívio da sociedade com a inflação e assim parecia que tínhamos encontrado um atalho rumo ao desenvolvimento sem termos de pagar o preço dos desequilíbrios macroeconômicos.

Mas, em diversos níveis, a sociedade revoltou-se contra o dirigismo estatal. De um lado, os empresários privados puseram-se contra o que enxergavam ser a hipertrofia do setor estatal, que, entre outros malefícios, produziria a inflação e o desequilíbrio das contas externas. Em outro quadrante, as classes médias e as novas lideranças sindicais levantaram-se contra o autoritarismo associado aos militares e à tecnocracia que a eles se ligava. O resultado foi uma ação conjugada contra o modelo de Estado da época, que teve o seu primeiro grito de guerra mais geral no episódio jornalístico da denúncia das “mordomias” – o conjunto de reportagens publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* a par-

tir de agosto de 1976, assinadas por Kotcho (1976) e reforçadas por Mesquita *et alii* (1983). Caro, ineficiente e funcionando primeiramente para seus ocupantes, tanto à direita quanto à esquerda, pintava-se o Estado como opaco e usurpador da espontaneidade⁸, das riquezas e das esferas de autonomia (do resto) da sociedade. Estávamos, assim, começando a nos aprontar para mais uma rodada de “austeridade”, e a nova batalha cultural passava a se travar em torno da definição do conteúdo da austeridade e, conseqüentemente, da definição do universo dos usurpadores.

A procura pela expiação dos excessos do novo surto desenvolvimentista levou-nos, assim, novamente, ao outro extremo, sugerindo que os ciclos de expansão têm de ser justificados previamente, tudo se passando como se a austeridade fosse o estado natural da economia⁹. E atravessamos a década de 1990 rezando uma nova versão do catecismo da austeridade, atitude necessária para expiar os pecados da última pretensão desenvolvimentista. Equilíbrio fiscal! Fim da ganância pública! Respeito à realidade macroeconômica! Privatização! E os pecadores estavam bem tipificados: empresas estatais; os funcionários públicos; os políticos; o absurdo previdenciário e funcionários em geral, inclusive os do setor privado. Repare-se que nesse momento a oposição tecnocratas *versus* burocratas se desfez em detrimento de um novo par “empreendedor *versus* burocrata”, e o estigma ampliou-se drasticamente. Em um primeiro momento, ele atingiu o universo do serviço público, mas continuou o seu caminho, adentrando o espaço das empresas privadas, apontando o caráter “burocrático” de uma infinidade de gerentes; registrando que as dificuldades sofridas pelas empresas se deviam à falta de adaptação aos novos tempos dos chamados “gerentes médios” e propondo como linha de tratamento/regeneração a “reengenharia”, concebida como a panacéia universal que poderia restaurar a capacidade de ação das empresas, e operacionalizada como um gigantesco projeto legitimado de demissões de pessoal (Heckscher, 1995; Grün, 1996). Empregado, público ou privado, todos eram vistos como burocratas, até prova em contrário. Ação de boa qualidade era a atividade do empreendedor, todas as outras recebiam a significação de meras rotinas (Grün, 1999). Estávamos já mergulhados no nosso momento *T*(3) que se prolongou até o início do novo século, e nem mesmo as vitórias nas Copas do Mundo de 1994 e 2002 restauraram o nosso otimismo. Até mesmo a de 2002, em especial, que afinal foi uma conquista inequívoca, conseguida sem prorrogações nem “lances duvidosos”, não deflagrou qualquer processo de otimismo. Ao que tudo indica, em época

de purificação ritual não podemos nos permitir nem mesmo comemorar as grandes conquistas futebolísticas.

No final da década, estávamos cansados de expiar os pecados sem alcançar a redenção. Afinal, constatamos que os ritos de contrição aos quais nos acostumamos no passado recente, ao invés da salvação anunciada, produziram apenas o fantasma do desemprego, e o credo vigente revelou-se incapaz de exorcizá-lo. O desemprego associou-se à violência e, sobretudo, aumentou de novo a nossa sensibilidade para os problemas sociais. Parecia que o nosso momento $T(3)$ começava a se enfraquecer. A mudança da sensibilidade e da agenda pública que lhe é decorrente ficaram evidentes nos resultados das eleições de 2002. Afinal, uma característica daquele recente período eleitoral foi justamente a pouca ressonância eleitoral dos alarmes acionados pelas nossas vestais da austeridade, apesar do intenso movimento especulativo deflagrado nos mercados financeiros, de onde ecoava claramente a mensagem que “devemos pagar pela ousadia de imaginar uma conduta da economia diferente daquela apreçada pela austeridade convencional” (Grün, 2004a). Entretanto, a política econômica do novo governo parece ter surpreendido àqueles que imaginavam estarmos adentrando em um novo período. O Quadro 1 a seguir sumariza a cronologia¹⁰ das oscilações cognitivas.

A OPOSIÇÃO SIMBÓLICA É ENRAIZADA E DIFUNDIDA

A oposição simbólica genérica que descrevi acima encontra expressão também na esfera mais específica das profissões de comando organizacional e das empresas. E, assim, o conflito simbólico mostra suas raízes mais profundas e sua capacidade de organizar as sensibilidades e pontos de vista. As oscilações da sensibilidade sobre quais são as questões relevantes para definir os “verdadeiros problemas do Brasil” rebatido diretamente nas disputas entre as profissões pela definição do comandante legítimo. A consequência dessa disputa é a definição do perfil necessário aos dirigentes das atividades econômicas e organizacionais. Nesse espaço, opõem-se tipicamente engenheiros a economistas, com os administradores de empresas sendo capturados e recuperados por um ou pelo outro pólo gravitacional.

A disputa entre as duas profissões é herdeira de um contencioso anterior, que opunha os engenheiros aos “bacharéis”¹¹ – a denominação pejorativa que os advogados passaram a sofrer no período, que foi parti-

Quadro 1

T(0) -	T(1) -	T(2) -	T(3) -	T(4)
JK “50 anos em 5”	Restauração da moralidade	Brasil Grande	Rumo ao I Mundo (neoliberal?)	Reiteração da doxa, ou tentativa de inserção diferente no mundo das finanças globalizadas? (Grün, 2004a)
Brasília; indústria automobilística	PAEG	Transamazônica; integração industrial	Plano Real	Superávit fiscal; juros altos – austeridade
Prioridade expansão: industrialização planejada	Prioridade luta contra a inflação: recessão	Prioridade expansão: Programa Nacional de Desestatização –PND	Prioridade luta contra a inflação: Estagnação	Parcerias Público-Privadas – PPPs; microcrédito; Arranjos Produtivos Locais – APLs
Copa do Mundo de 1958	Desclassificação 1966	Tricampeonato mundial	Vitórias “frias”	O bom do Brasil são os brasileiros?
Progresso	Purificação	Progresso	Purificação	Purificação com progresso?

cularmente significativa no período JK, quando as razões vocalizadas pelos primeiros tentavam, pela primeira vez com sucesso, sobrepor-se àquelas normalmente associadas aos segundos na organização do Estado nacional (Martins, 1976). Naquele momento, a visão de construção nacional como um espaço legal unificado, que supere os malefícios do mandonismo local generalizado, é desqualificada como um conjunto de “firulas jurídicas”, de rapapés dos bacharéis. O “verdadeiro problema do Brasil” é o atraso econômico, e a solução vem do desenvolvimento através da industrialização¹². Para empreender esse caminho, teríamos que ser guiados pelos engenheiros, os verdadeiros especialistas em desenvolvimento e industrialização. A passagem dos nossos $T(0)$ para $T(1)$ coincidiu com uma mudança significativa na paisagem da disputa interprofissional, quando a nova profissão de economista ganha vó próprio e reconhecimento e propõe uma nova abordagem dos verdadeiros problemas do Brasil.

Note-se que “austeridade” é a palavra-chave para a interpretação do mundo econômico lida a partir do protótipo¹³ do agente empresarial de-

senhado como comerciante. Em torno de $T(0)$, essa visão era vocalizada pelos juristas, inspirados provavelmente pelo código comercial, uma das principais interfaces da profissão com a atividade econômica. Na passagem $T(0)$ - $T(1)$, o economista aparece como um arauto mais sistemático da austeridade e da razão comercial – construtor e manipulador do *orçamento*, a peça-chave da nova linguagem esotérica que o tornava o operador autorizado a estender, confirmar e negar os possíveis novos sentidos para a metáfora de que não há gozo sem sofrimento¹⁴.

O Quadro 2 sintetiza a oposição:

Quadro 2

Mundo	Industrial, do engenheiro	Comercial e (mais recentemente) financeiro
A Eficiência vem da(o):	Maior escala de produção, diminuindo a incidência dos custos fixos e assim baixando os preços.	Poder disciplinador do mercado: os atores “correm atrás do prejuízo”, reduzindo os custos, principalmente os decorrentes de desperdícios.
Conceito e instrumento de intervenção nas empresas e organizações.	Seqüenciamento; planejamento estratégico (<i>ex ante</i>).	Controle dos gastos; orçamento (<i>ex post</i>).

A FACE VISÍVEL E OPERACIONAL DA OPOSIÇÃO

Repare-se que, no enquadramento cognitivo do mundo industrial, o essencial da atividade econômica dá-se na transformação da matéria: na indústria, e não no comércio. Entramos no âmbito da oposição entre os dois protótipos de empresário (isto é, de agente eficiente na esfera econômica): de um lado o industrial que faz os produtos que negocia, do outro o comerciante que os compra e em seguida os vende, cujas descrições simbólicas e raízes na literatura da filosofia política podem ser encontradas em Boltanski e Thévenot (1991).

A pesquisa das formas como os empresários, dirigentes de organizações e autoridades governamentais tratam a tradicional questão industrial e administrativa do *make or buy* fornece as pistas para se tratar analiticamente a oposição. Ela nos leva à matriz dos enquadramentos cognitivos os quais regem o funcionamento das empresas e as atividades organizacionais de maneira mais ampla. Se olharmos o *make or buy* a partir da tradição sociológica, encontraremos nele uma especificação

da oposição clássica entre hierarquia e mercado desenvolvida por Weber. A oposição simbólica fundamental aparece em diversas manifestações tanto micro quanto macro, balizando tanto os contenciosos locais quanto os mais gerais. Mais recentemente, a oposição simbólica em que estou me baseando serve de matriz também para a análise sociológica da evolução recente das formas organizacionais, mostrando a sua capacidade de organizar e dar sentido às evidências em âmbito internacional (DiMaggio, 2001). É assim que, a partir da contribuição teórica de DiMaggio (*idem*) e Boltanski e Thévenot (1991), além das minhas observações empíricas, podemos esboçar o quadro de oposições de sentido a seguir que tenta sintetizar a discussão.

Quadro 3

Tipo de Agente	Engenheiro Industrial	Economista Comerciante
Tipo de reflexo para alcançar maior eficiência	Escala	Rigor
Tipo de metáfora para organizar a produção	Plantar árvores novas	Balançar mais as árvores já existentes
Tipo de motivação	Intrínseca (fazer bem feito)	Extrínseca (fazer melhor do que a concorrência)
Projeto básico de fundo	Técnico	Financeiro; mercadológico
Tipo de “populismo”(ênfase propagada da política econômica)	Industrial, facilitar a produção	Cambial, facilitar o consumo
Tipo de descarte de evidências contrárias	Choro dos corporativos	Economia de botequim

A “MICROHISTÓRIA” ORGANIZACIONAL DA OPOSIÇÃO SIMBÓLICA

A decisão empresarial de *make or buy* pode ser considerada o maior divisor de águas entre o ponto de vista dos engenheiros/industriais e o dos economistas/comerciantes-financistas. O primeiro grupo tende a favorecer o *make*, procurando a eficiência na busca de uma boa escala de produção, no planejamento judicioso das diversas fases do processo de produção e mais recentemente no engajamento completo do pessoal da organização no processo chamado de Controle Total da Qualidade¹⁵ (mais conhecido pela sua abreviação anglo-saxã – TQC).

A representação que conforma o *make* remonta a Saint-Simon (1821). Nela, a fábrica e a produção em geral são sinônimos da comunidade

dos produtores. Esse espírito impregna a engenharia francesa e espalha-se na obra de Henri Fayol, o engenheiro-organizador por excelência, inspirando as idéias correlatas do mundo industrial visto como um exército organizado dos produtores¹⁶, no qual os engenheiros – unguídos pela sua competência técnica atestada pelo diploma – são os oficiais superiores; os supervisores, os seus inferiores, e na idéia do organograma como representação é ao mesmo tempo descritiva e desejada da organização. Nessa representação, não por acaso construída por um aristocrata progressista da passagem do XVIII para o XIX, o mundo é bem-ordenado como uma hierarquia, mas se distingue da ordem tradicional pela ênfase no planejamento sistemático do futuro e pela seleção meritocrática das elites, contra a temporalidade como mera repetição cíclica e contra a idéia de superioridade natural das elites transmitida por sangue, que seria característica das sociedades anteriores àquela que o autor imaginava¹⁷. As responsabilidades e autoridades estão perfeitamente atribuídas, tanto no que diz respeito à organização do trabalho, como também no que se refere à justiça meritocrática, e, conseqüentemente, também aos papéis sociais. E as motivações são principalmente intrínsecas – trabalhar bem significa principalmente a satisfação de ver o bom resultado da labuta e, conseqüentemente, ser bem avaliado pelos demais membros da comunidade – prioritariamente candidatando o bom trabalhador para subir na hierarquia e só secundariamente motivo para acréscimos de remuneração. E finalizando, o centro do modelo é a virtuosidade da idéia de planejamento. Para chegar a bom termo, qualquer atividade econômica deve começar com um planejamento minucioso das diversas etapas a se realizar. Eventuais problemas encontrados na realização dos objetivos organizacionais serão imputados justamente à falta de planificação.

As idéias que conformam a decisão *buy* são uma consubstanciação do mundo do comércio, transformam em virtude as circunstâncias típicas do mundo do comércio, e podem ser inscritas na linhagem do contratualismo. Elas representam a fé no princípio contrário, a eficiência conseguida através dos estímulos externos, extrínsecos à atividade a ser realizada. O ator “racional” evitaria o trabalho sempre que pudesse, já que, nesse registro, trabalho é rigorosamente sinônimo de labuta, de esforço que se opõe à fruição.

Não é difícil perceber que estamos diante de uma versão atualizada da maldição de Adão, condenado a ganhar o pão de cada dia com o suor da própria face, não havendo aqui sentido para a idéia de trabalho inte-

ressante ou altruísta¹⁸. Nesse padrão, a seleção produzida pela boa condução na arena do mercado é vista como o mecanismo mais eficiente para se conseguir produtos de melhor qualidade e preço. A priorização dos fatores externos à produção tira de foco preocupações com escala de produção e centraliza os esforços da empresa no par *boa compra e boa venda*.

Por sua vez, a relação entre os indivíduos perde o caráter de reciprocidade típico do enquadramento hierárquico e passa a ser pensada em termos sincrônicos. Aqui, as relações econômicas não são mais vistas como fazendo parte do conjunto das relações sociais, mas adquirem uma esfera própria de entendimento e legitimação baseada no lucro pontual. No modelo de boa sinalização para condutas, que é decorrente desse quadro de referências, a recompensa ou a punição devem estar próximas dos fatos que as geraram.

Além disso, no modelo desenhado em torno de *buy*, ao contrário do modelo organizado do *make*, todos os indivíduos são iguais até prova em contrário. Nessa concepção, inversamente ao do modelo anterior, a virtude principal de qualquer ação econômica é a idéia de liberdade. O bom governo, o bom patrão, o bom chefe devem constringer o mínimo possível os seus comandados, para que esses encontrem ou desenvolvam sempre as melhores soluções aos eventuais problemas que apareçam no curso das ações. Quaisquer dificuldades nos empreendimentos serão normalmente imputadas ao tolhimento das iniciativas dos executores, causadas, por sua vez, pelo excesso de regulamentação que as impediria.

Levando ao limite a lógica dessa família de idéias “libertárias”, a sua versão mais recente, construída pela teorização econômica próxima da atividade financeira, passa a relativizar os conceitos de firma e de organização (Perrow, 1990). Nessa construção, que adquire caráter fortemente performático ao ser adotada como doxa pelos agentes financeiros, a atividade econômica é representada fundamentalmente como um feixe de contratos individuais entre seus participantes. Ao contrário das características que se atribuem aos contratos de trabalho tradicionais, essas novas relações legais seriam temporalmente finitas e totalmente transparentes e liquidáveis quanto aos direitos das partes. Agora, a teoria responde agressivamente aos críticos que apontam o aspecto ficcional da representação de firma como agente econômico individual, esboçada pela microeconomia (e indiretamente apontando a

possibilidade de que a idéia de empresa/organização está inextricavelmente ligada à de comunidade).

Nessa representação, as relações internas das empresas e as relações externas entre as diversas empresas e demais atores do mundo econômico são colocadas no mesmo patamar, dissolvendo quaisquer traços das idéias de comunidade industrial ou econômica, que são fundamentais na versão concorrente e alimentando a idéia da reengenharia, tanto na esfera cognitiva quanto na de legitimidade. A ascensão desse modelo na esfera empresarial coincide com o intenso processo de reorganização do mundo econômico começado com a febre de fusões e incorporações no espaço anglo-saxão dos anos 1980. Erigido em doxa, esse “novo espírito do capitalismo” acaba produzindo um forte impacto no subespaço brasileiro, o qual, *mutatis mutandi*, passa por um momento análogo. E assim ele serve de guia e inspirador para o desmantelamento e reorganização em termos privados do conjunto de empresas estatais brasileiras dos setores siderúrgico, de telecomunicações e elétrico, incidindo diretamente sobre nosso problema.

A HISTÓRIA VIRA MUNIÇÃO SIMBÓLICA

A exposição dos modelos que estamos construindo converge para esboçar as críticas mútuas que são feitas a partir de cada um dos pontos de vista. Os partidários da nossa solução *make* e do planejamento observam as ponderações e aplicações emanadas do princípio antagônico como *aventuras* desprovidas de senso. Se, por um desatino, elas forem adotadas, produzirão situações *anárquicas* que exigirão muito mais planejamento para serem corrigidas. Já seus antagonistas partidários do *buy* e do mercado olharão antes para os constrangimentos causados pelo excesso de instruções, de regulamentos, de legislação, que tolhem as iniciativas e impedem que os indivíduos encontrem o bom termo nas suas ações e relações. E, para eles, se, apesar de suas advertências, o desatino do “*engessamento*” prosperar, será preciso uma liberação ainda maior das atividades, para que o livre jogo das forças de mercado corrija os desequilíbrios produzidos pela intervenção desmedida dos reguladores sobre a espontaneidade natural dos agentes, das relações em geral e das diversas lógicas setoriais.

Poderíamos pensar na necessidade de explicitação das duas lógicas de entendimento antagônicas do mundo empresarial e econômico como uma tentativa de esclarecimento sobre armadilhas cognitivas que pro-

duzem comportamentos automáticos que podem ser superados pelo seu esclarecimento. Tal pretensão encontra boa guarida nas formulações mais próximas da antropologia filosófica que embasam a idéia de *homo economicus*, as diversas teorias do diálogo, como a de Habermas (1984) e a de Boltanski e Thévenot (1991) e também as visões de mundo implícitas que formatam a disciplina aplicada do Planejamento Estratégico empresarial. Não por acaso, as mais diversas técnicas de “superação das viseiras” acabam formando um vasto fundo de comércio para propostas de consultoria oriundas das mais distintas origens disciplinares, fazendo apelo a diferentes *habitus* e encontrando clientes receptivos em zonas diferentes dos espaços cultural, social e geográfico. Constitui-se, assim, uma verdadeira “indústria do otimismo” (Grün, 2003c).

Os diversos ramos da sociologia que se ocupam da cognição vêm a questão de maneira bem mais nuançada e a pretensão dos “práticos” como excessivamente ingênua, ou mercantil¹⁹. Em especial, a “sociologia da medição”, que se desenvolveu recentemente na esteira do neo-institucionalismo sociológico, insiste na questão da incomensurabilidade entre as diversas lógicas de entender os processos econômicos e organizacionais (Meyer e O’Shaughnessy, 1993). E, procurando inspiração no conceito de “incomensurabilidade” da filosofia da ciência de inspiração *kuhniana*, aquela vertente insiste no fato de que os indivíduos tomados por cada uma das lógicas desenvolvem viseiras cognitivas as quais produzem insensibilidade sobre os pontos “fundamentais” exarados da família de idéias oposta²⁰.

A MUNIÇÃO SIMBÓLICA É UTILIZADA, VENCE BATALHAS, MAS A GUERRA CONTINUA

A agenda política dos anos 1990 produziu circunstâncias que aumentaram a possibilidade sociológica das viseiras. O sucesso primeiro do plano de estabilização, carregando no seu halo a eleição e a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, além da onda de privatizações a serem justificadas, endureceu a visão economista do rigorismo/individualismo e, assim, produziu uma espécie de automatismo cognitivo que colocava o “mercado” no centro da arena e na produção de diagnósticos e soluções para nossos dilemas sociais.

O quadro de referências foi suficientemente forte para impedir uma possível reação eficiente dos indivíduos e grupos contrários ao proces-

so de privatização das companhias estatais do setor elétrico e de telecomunicações, mas não preponderou completamente, impedindo o aprofundamento do processo rumo às duas maiores “jóias da coroa”: a Petrobras e o Banco do Brasil. E é justamente a seqüência de episódios envolvendo a relação do governo federal de Fernando Henrique com a Petrobras que nos ajuda a ver os limites do enquadramento. Uma das primeiras batalhas ali travadas foi a greve dos petroleiros, vencida pelo governo. Para manter a intransigência que o fez vitorioso, o governo federal conseguiu fazer passar por defensor do interesse público, enquanto as reivindicações dos petroleiros acabaram sendo vistas como privilégios corporativos, logo indefensáveis diante das razões governamentais. Mas a tentativa de recuperar totalmente o controle da empresa através da nomeação de um presidente afinado com o Planalto (Henri Reichstul) em março de 1999 abriu um encadeamento simbólico de fatos que mostra o limite do processo.

Uma ação simbólica arriscada, a tentativa de mudar o nome da empresa para Petrobrax (Ordoñez, 1999; Oliveira, 2000), objetivando assinalar a mudança de rumos para uma atuação mais “comercial” e “internacional”, desencadeou uma seqüência de questionamentos sobre a capacidade desse “não-engenheiro” dirigir a empresa. O processo passou pela atribuição de culpa em vazamentos de óleo na Baía de Guanabara, culminando com o episódio fatídico do naufrágio de uma plataforma de petróleo submarina no litoral de Campos (*O Globo*, 16/3/2001). Justa ou injustamente, a série de percalços foi atribuída à gestão “não-profissional” de Reichstul e precipitou a sua demissão, bem como o arquivamento de uma possível privatização da empresa. Para nossos propósitos, o “Caso Petrobras” mostra os limites da capacidade de imposição da “doxa” do momento. Ela “resolve”, pelo menos provisoriamente, o problema do enquadramento das linhas futuras de desenvolvimento do setor elétrico, mas não controla integralmente a agenda. Em casos extremos, nos quais seus antagonistas estão bem organizados e a sua causa tem ressonância, os propugnadores da causa da privatização tiveram de recuar²¹.

Em termos mais gerais, quando a questão do desemprego irrompe no cenário público, como um problema incontornável, a doxa dominante tende a enfraquecer-se. Na lógica mnemônica induzida pelo protótipo associado na esfera macro ao mercado rigorista e na micro ao *buy* externalizador, o problema do desemprego não existe verdadeiramente, já que a ociosidade da “mão-de-obra” só pode ocorrer por um desacerto

passageiro entre a oferta e a demanda dessa mercadoria, corrigido rapidamente pelo mecanismo de preços através do rebaixamento do seu custo. Como essa lógica encontra obstáculos intransponíveis para o seu desenvolvimento na legislação trabalhista e, principalmente, na sensibilidade social que rejeita a revogação do salário mínimo e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em geral, ela desfaz internamente o problema: é a sociedade que não quer resolvê-lo e deve pagar o preço por isso.

Mais uma vez com Marx, lembremos que “a lógica das coisas por vezes não se adapta às coisas da lógica”. Diante da dissonância cognitiva entre os arautos da sabedoria convencional e a sociedade como um todo, a seqüência mnemônica interrompe-se e segue-se aí um período em que as proposições inspiradas na família de idéias economicista têm de fazer frente às diversas tentativas de “concertação” – as propostas oriundas dos grupos de oposição que pretendiam opor-se à linha geral do governo a partir de soluções pactuadas²². Talvez as primeiras tentativas mais articuladas nesse sentido apareceram nas idéias de pactos de salários e preços como alternativa “concertada” de combate à inflação. O seu ponto de maior visibilidade foi a proposta das câmaras econômicas setoriais, seguida das suas homólogas regionais, que tentavam justamente relançar a atividade econômica geradora de emprego, de arrecadação e de divisas externas a partir de pontos específicos, ao invés do genérico “ambiente macroeconômico favorável” que se constituiria na fórmula padronizada dos defensores da ação econômica do governo federal daquele período.

As propostas “concertadas” da oposição ganharam visibilidade depois de um período de muito ceticismo produzido no halo dos sucessos iniciais do Plano Real. O período em torno das eleições municipais de 2000 talvez tenha representado o ponto de inflexão que enfraqueceu decisivamente a doxa anterior. E, como mostram muitos analistas, Duby²³ e Bourdieu de maneira muito forte, são justamente nos momentos de enfraquecimento das doxas dominantes que seus ideólogos tendem a tentar robustecê-las através da sua formalização e propaganda mais explícita. E, se de um lado a codificação não consegue aumentar a lealdade da população em geral aos princípios enfraquecidos, do outro ela opera eficientemente sobre os membros do bloco que a promove, fortalecendo a ortodoxia, prevenindo defecções e mesmo conquistando novos adeptos nas elites (Grün, 2003a).

Segue-se daí a cronologia trágica do nosso problema do “apagão”. Segundo os especialistas, a construção de uma linha de transmissão de alta tensão que aumentasse a integração dos subsistemas elétricos do Sul do Brasil com os do Sudeste teria possibilitado o envio da energia excedente produzida na primeira região para a segunda e, conseqüentemente, evitado o racionamento (Medina, 2001). Entretanto, a decisão de construí-la deveria ter sido tomada com antecedência de dois anos antes da observação efetiva da penúria na geração da última região²⁴. Os diversos alarmes que foram deflagrados sobre a possibilidade da falta de energia foram recebidos justamente naquele momento em que o bloco que fomentava a ortodoxia tentava cerrar fileiras em torno dos seus princípios – o momento de máxima cegueira institucional. Em termos estritamente sociológicos, é interessante olhar retrospectivamente e registrar desabaços como o de Pedro Malan, dizendo que “esse pessoal estava sempre chorando. Como poderíamos saber que dessa vez a questão era realmente séria?”.

CULPEMOS OS TUCANOS?

Seria tentador reduzir a luta cognitiva às disputas travadas no campo político-partidário. Assim, uma leitura rápida do contencioso simbólico sugeriria a possibilidade de que, se porventura a oposição política estivesse no poder naquele momento, o apagão poderia ser evitado. A crítica acerba que os membros da nova equipe governamental petista da área de energia à política anterior, fazendo-nos pensar que havia um modelo concorrente pronto a ser aplicado, induz essa impressão. Mas, ainda que a simples formulação dessa pergunta resvale em uma alta dose de ficção sociológica, é bom ter claro que o espaço dos contenciosos simbólicos não é totalmente homólogo ao político-partidário. Mais do que isso, como mostra o desenvolvimento recente do espaço financeiro no Brasil, os contenciosos simbólicos que enquadram a atividade econômica produzem outros recortes, atravessando as linhas normalmente percebidas do conflito político-partidário (Grün, 2003a; 2003c; 2004a; 2004b). Os setores das diversas agremiações (não só os partidos políticos, mas todas as organizações investidas de poder de representação, como os sindicatos operários; organizações patronais e organizações não-governamentais) que conseguem ser recebidos no campo do poder tendem a desenvolver uma série de “pontes cognitivas” que ao mesmo tempo facilitam o diálogo e diminuem os efeitos das diferenças de origem e de *percepção* entre os diversos ocupantes daquele espaço social – e a alternativa a esse “desdentamento” é a recusa

em jogar o jogo do poder em condições de empalmá-lo ou da democracia em geral.

As idéias de “círculo do poder” ou “campo do poder”, trabalhadas por Bourdieu, ajudam-nos a entender a pouca intensidade ou a pequena repercussão da crítica social que poderia ter corrigido os rumos da desastrosa ação governamental, servindo, assim, de complemento à idéia de “estilo de pensamento”. Através do “campo do poder”, Bourdieu (1989) irá traçar a geometria do espaço social no qual os pólos dominantes dos diversos campos sociais se encontram e trocam recursos materiais e simbólicos, produzindo uma dinâmica ao mesmo tempo de competição e de cooperação, que confere estabilidade aos arranjos e também reproduz os diversos “estilos nacionais” de comportamento das elites e de exercício do poder de Estado e, principalmente, sobre ele.

A cooperação estabelece-se através do reconhecimento de que os recursos dos quais os líderes de cada esfera são portadores valiosos, enquanto a competição acontece no estabelecimento, constantemente negociado, das taxas de conversão, ou dos valores relativos de cada recurso. Exemplificando, em um contexto simbólico no qual o nosso $T(3)$ vigorava plenamente, os dirigentes das centrais sindicais eram aceitos como parte da elite, situação consubstanciada no assento em diversos órgãos de aconselhamento e decisão sobre os usos dos fundos sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) ainda que em uma posição pouco expressiva. No mesmo período, os membros proeminentes do mercado financeiro, em particular aqueles “jovens economistas brilhantes” que operavam os novos bancos de investimento como o Opportunity e o Garantia, recebiam tratamento principesco, tanto das diversas instâncias governamentais, quanto dos órgãos privados de celebração – a imprensa em primeiro lugar²⁵.

No momento $T(4)$ em que estamos entrando, ainda que esteja bem clara a sua conformação, a hierarquia anterior não mais é respeitada. Reparemos em um ponto essencial para essa análise do campo do poder à *la Bourdieu*, talvez pouco esclarecido: *um dos aspectos mais importantes das configurações é a simples presença na cena pública dos agentes que aparecem em menor relevo*. A simples presença, que pode facilmente ser percebida inclusive pela sintonia “natural” entre os órgãos de celebração pública e os privados, no seio dos quais há mesmo uma equivalência

entre as revistas de exaltação das “celebridades”, as vedetes utilizadas na propaganda comercial e as cerimônias “sérias” de enobrecimento, que são a concessão de medalhas governamentais, a escolha de parainfos ou de “homens do ano”, assinala a existência do reconhecimento de diversas espécies de capitais socialmente relevantes, cujas taxas de câmbio estão constantemente em negociação. De maneira geral, esse espaço de convívio aplaina as diferenças e torna as mudanças ao mesmo tempo mais possíveis, mais palatáveis, mas também menos intensas.

Para tratar as diferenças, as digressões de Fleck (1979) sobre a evolução do diagnóstico da sífilis podem aqui ser estendidas para, em analogia com o autor, entendermos a construção de um tipo de “família intelectual”, portadora e geradora de um “estilo de pensamento” que dirige nossa atenção para alguns aspectos da realidade econômica e social, tornando-os “relevantes” – e, conseqüentemente, tornando “irrelevantes” outras possíveis saliências da paisagem. A escolha daqueles fatos “relevantes” não é de maneira nenhuma obra do acaso. Apenas alcançam o estatuto de relevantes os fatos que referendam a justeza dos princípios que reiteram a estrutura simbólica da família intelectual, contribuindo, assim, para a sua sobrevivência e fortalecimento. O leitor percebe rapidamente a filiação durkheimiana da digressão de Fleck (*idem*) e Douglas (1975). Trata-se, afinal, de uma variante do conjunto de argumentos que levaram Durkheim à idéia incômoda de “consciência coletiva” e ao aforismo de que “Deus é a sociedade” e de que a presença na missa, a genuflexão e a comunhão são, antes de tudo, a celebração do vínculo societário.

As idéias de “famílias argumentativas” e de lógicas mnemônicas podem ser consideradas *habitus* sociais e profissionais que são progressivamente introjetados nos indivíduos e grupos conformando as suas percepções e tornando-se “cacoetes cognitivos” em relação aos quais não se adquire normalmente muito controle intelectual²⁶. Podemos, então, assinalar a existência de uma (grande) família intelectual que se caracteriza como o nosso grupo dos “modernos”, solidificado em grande parte através dos princípios da lógica economista/financeira/comercial que explicitarei acima. A análise da importação e da difusão de novidades financeiras no Brasil recente mostra como esse grupo latente – a necessidade imperiosa de ser moderno – constrange as percepções e em grande parte também direciona as ações de conjuntos de indivíduos anteriormente situados na liderança da oposição política

ao governo Fernando Henrique, os quais mais tarde se localizam no centro do grupo político que dirige o governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva, o qual, aparentemente, não vê alternativas à doxa dominante.

A forma como o grupo atualmente no poder tratou as crises por que passaram não só a Eletropaulo, mas também a Elektro e a Light já no período Lula, demonstra o poder da doxa (Varga, 2003; Balbi, 2003a; 2003b; Balbi e Varga, 2003). As empresas foram refinanciadas e recuperadas pela ação governamental em diversos níveis (Soares, 2004), sem que uma possível estatização, ou reestatização, surgisse como solução adotada, ainda que tenha sido posta na pauta por membros típicos da família intelectual industrialista, simpática a Lula, pelo menos no início de sua gestão (Kirchner, 2003; Cardoso e Soares, 1998)²⁷.

A Culpa é de São Pedro?

Outras disciplinas teriam certamente a pretensão de responder inequivocamente à questão. Não creio que essa prerrogativa caiba à sociologia. Antes, podemos perguntar sobre as condições de admissibilidade e das chances objetivas das respostas positiva ou negativa. O artigo sugere que as probabilidades da aceitação de cada uma das respostas estão na maior sensibilidade ao princípio do planejamento ou ao do mercado. Sugere também que a sensibilidade pode ser medida indiretamente através de “*próxis* simbólicas”, que são a forma legítima como a sociedade enquadra com questões como a do desemprego, das profissões de comando, das formas organizacionais e, mais genericamente, das dificuldades que impedem o desenvolvimento nacional.

Os dois primeiros anos do governo Lula levaram-nos para mais perto das possibilidades de compreensão das condições de resposta. A equipe que assumiu o Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás compunha-se de críticos acerbos do modelo do setor elétrico que foi desenvolvido durante o oitavo ano do governo de Fernando Henrique. Ao seu lado, não só uma equipe econômica próxima doutrinariamente daquela imperou no governo anterior, mas também os interesses já bem solidificados dos novos atores privados que entraram no ramo no período Fernando Henrique. Dessa maneira, os recém-chegados ao poder tentam reinstaurar algumas práticas mais próximas do princípio do planejamento, mas são contrariados sistematicamente pela equipe econômica e são criticados pela mídia e pelos habituais “fazedores de opi-

nião” como estatizantes. A conseqüência dessa denominação é que ela pode afugentar eventuais investidores. Estes irão falar nas indefinições do marco regulatório e das condições de rentabilidade de seus possíveis investimentos e cobrar das autoridades governamentais a satisfação desses requisitos. Na situação de pós-privatização em que nos encontramos, qualquer que seja o enquadramento público que se dê às questões energéticas, temos que levar em conta o poder de veto dos investidores.

Mas os investidores reais são aqueles extraídos dos modelos dos fazedores de opinião? Estarão eles sempre informados pelo enquadramento que regeu suas posições públicas no momento da privatização? Na teoria, os investidores seriam grandes grupos internacionais e nacionais, dotados em grande parte de capitais próprios, que examinariam a compra de empresas estatais brasileiras como uma opção no seio de um leque de alternativas²⁸. Decorreria daí que nosso programa de privatização deveria “ser competitivo” para atrair os capitais. Na prática, como ficou claro recentemente, tivemos investidores privados fortemente alavancados, em especial junto a bancos de fomento estatais (diretamente ou através de cauções) ao lado dos fundos de pensão de empresas estatais como os únicos “sócios” capazes de aportar capitais próprios substanciais à empreitada. E, apesar disso, os últimos acabaram sendo nitidamente comandados pelos primeiros.

Ainda que tenha enlevado a opinião pública, o enquadramento cognitivo que nos informava da inevitabilidade das privatizações não foi de nenhuma maneira suficiente para viabilizá-las. Diversos episódios de espionagem industrial que começam a ganhar publicidade no atual governo mostram os constrangimentos que os fundos de pensão, que ao lado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foram os grandes sócios capitalistas daqueles eventos, sofreram no processo. Pelo menos a partir do exemplo das telecomunicações, surgem muitos indícios de que a “pressão cognitiva” não foi suficiente para fazê-los participar da privatização, pelo menos nos termos que o fizeram, abdicando de qualquer possibilidade de controle gerencial sobre os investimentos (Vieira, 2003; Michael, 2004; Braga, 2003; Rio, 2004; Batista, 2003). Como estamos vendo ultimamente, a formação dos grupos de investidores que disputaram os leilões de privatização e os rearranjos posteriores não foram processos técnicos neutros de engenharia financeira, nem eventos dialógicos habermasianos.

É assim que nossa doxa perde um pouco do seu encanto explicativo. Ou talvez ganhe mais robustez sociológica: os contornos da privatização brasileira não podem ser explicados no âmbito estritamente da imposição simbólica de um modelo. Como nos ensina Bourdieu (1982), polemizando contra as teorias do diálogo, não se trata simplesmente de “*o quê está sendo falado*”, mas também do nosso velho conhecido “*quem está falando*”. A nossa pressão cognitiva, ainda que necessária, não foi de maneira nenhuma suficiente para deflagrar ou manter o processo de privatização (Duailibi, 2001; Santos, 2001).

Tendo herdado o problema e sendo cobrado para resolvê-lo, o atual governo federal ensaia enfaticamente a via das Parcerias Público-Privado – PPPs para mobilizar os recursos necessários para investir na infra-estrutura. Para isso, parece contar com seus aliados²⁹ na direção dos fundos de pensão das empresas estatais para capitalizarem os empreendimentos, ainda que esses últimos façam restrições à idéia (Futema, 2004). A tramitação dessa nova figura de investidor no Legislativo Federal mostra-nos mais ainda as entranhas do processo que estamos tentando dar inteligibilidade. Colocadas como a grande obra de engenharia financeira que viabilizaria os investimentos que o governo por si só está impedido de realizar, a aprovação das PPPs sofreu cerrada oposição do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em especial, na figura de Tasso Jereissati, que brandia justamente o fantasma da permeabilidade dos fundos de pensão às pressões políticas (Leitão, 2004; *Valor Econômico*, 24/8/2004; Lobato, 2004). Em termos factuais, o resultado final da tramitação restringiu a 80% do total do dispêndio a participação dos fundos de pensão e de órgãos que tenham ligação direta com o governo na capitalização dos empreendimentos (Delgado e Batista, 2004). Em termos analíticos, os ires e vires das negociações demonstram a cumplicidade básica dos dois grandes partidos políticos operantes no Brasil contemporâneo: nenhum deles concede liberdade total de ação para seu concorrente, mas também não pode anular as iniciativas de seu adversário no sentido de pôr em marcha seus trunfos particulares. O resultado mais visível é a crescente estabilidade e previsibilidade da evolução do capitalismo brasileiro. O outro, que nos interessa mais de perto no momento, é a diminuição dos espaços cognitivos que possibilitariam mudanças significativas no nosso mundo econômico. Em termos mais filosóficos, o fortalecimento da doxa.

O exemplo da Petrobras indica-nos que a “doxa” domina, mas é incapaz de destruir as possíveis alternativas. Várias outras configurações

também podem nos servir de exemplo nesse sentido. Em um registro diverso, aparece a crise energética que se deflagrou recentemente na vizinha Argentina, acrescentando mais um ato na tragédia econômica da região (Braga, 2004). Diante dela vemos algumas contradições interessantes, criando uma possibilidade de que considerações de ordem geopolítica modifiquem a doxa dominante (Brasília, 2004a; 2004b; Palacios, 2004). O acordo de socorro mútuo em caso de crise energética em qualquer dos países do Cone Sul é uma base física importante dos projetos de integração regional. Mas a possibilidade mesma de que os projetos de geração e de distribuição de energia possam lidar com a eventualidade da integração talvez não conviva facilmente com a sua “precificação”, que é a operação simbólica necessária para entendê-la sob a óptica do princípio do mercado³⁰.

Outra questão de ordem internacional aparece quando atentamos para a disputa pelo comando da economia com o Fundo Monetário Internacional – FMI e outros organismos externos. Diversos membros do governo³¹ insistem na necessidade de se excluírem alguns investimentos em infra-estrutura do cálculo do superávit fiscal (Souza, 2004). Um dos argumentos fundamentais é justamente o perigo de um novo apagão, com conseqüências funestas para a economia, a exemplo daquele que ocorreu recentemente (Barros, 2004).

Na esfera microssocial, o setor elétrico sofreu um abalo de proporções relevantes diante dos problemas enfrentados pela Enron e pela AES nos Estados Unidos. Ele não foi só econômico, como também cognitivo³². Essas empresas serviam de exemplo de um novo “*business model*” (Feng *et alii*, 2001). Nele, as empresas abandonariam a departamentalização funcional para abraçar o formato das unidades de negócios independentes. Conseqüentemente, conjuntos expressivos de funcionários deveriam passar para a condição de fornecedores de serviços para as empresas, de maneira figurada, nos diversos setores “filosoficamente” independentes em que as empresas recém-privatizadas foram repartidas; ou de maneira literal, no conjunto de empresas “satélites” que deveriam aparecer na sua periferia econômica. Essa nova configuração econômica seria a base material da qual deveriam surgir as novas relações entre os agentes e novas identidades sociais e profissionais, exemplificando os novos padrões da “sociedade em rede”. A crise, tanto no seu componente diretamente econômico, quanto no nível das certezas ideológicas sobre o caminho a seguir, atrapalhou a propagação das idéias que dão consistência ao novo *business model*.

Finalmente, é difícil evitar o estabelecimento de uma relação entre as resistências à doxa e a permanência do Ministério das Minas e Energia – MME de uma equipe pouco afinada com as expectativas dos “mercados” a respeito do que seria a criação de um ambiente institucional favorável aos investimentos na área energética. O convívio é nuançado, e a permanência do grupo no MME apresenta defecções importantes (Cardoso e Soares, 1998), mas o mais notável foi a sua manutenção depois de dois anos ininterruptos de críticas da mídia e dos empresários, inclusive de industrialistas como Antonio Ermírio de Moraes, que clama contra o rigor das regras de licenciamento ecológico impostas pela regulamentação estatal (Moraes, 2004).

(Recebido para publicação em março de 2005)

(Versão definitiva em julho de 2005)

NOTAS

1. Como observa Kuhn no prefácio, a idéia de Fleck fornece uma base sólida para o seu conceito de “paradigma”. Por outro lado, Fleck (1979:47) reivindica diretamente uma continuidade de suas digressões com os arrazoados de Durkheim sobre consciência coletiva, chegando a cobrar sua timidez em estender sua idéia para a produção científica que hoje chamamos de “dura”. Em total paralelismo, Douglas (1975) retoma a argumentação de Fleck no debate moderno da sociologia da ciência, justamente cobrando a timidez de Berger e Luckmann (1966:5) em não estender a idéia de construção social da realidade para a observação da natureza.
2. Sobre esse caráter de arena semipública dos mercados financeiros atuais, ver Lordon (2002). Tento explicitar esse argumento na situação brasileira atual em Grün (2004a).
3. Hunter (1991) é a referência erudita principal para o uso do conceito, que procura dar conta de uma divisão ideológica crescente a qual estaria dilacerando a sociedade norte-americana atual, opondo conservadores a liberais. Diversos grupos de autores, como as coletâneas de Williams (1997) e mais recentemente Rieder e Steinlight (2003), irão debater aquela apreciação, criticando-a porque ela daria conta mais da ação visível de operadores políticos, religiosos e culturais em busca de recursos e aderentes para seus empreendimentos do que de divisões efetivas da população daquele país, conforme demonstrariam as pesquisas de opinião periódicas que os diversos artigos das duas coletâneas cotejam. Por outro lado, Hacking (1999) lembra-nos que a extensão metafórica da idéia de guerra para a esfera da cultura pode nos tornar menos sensíveis aos malefícios das guerras “de verdade”.
4. Sobre a origem “familiar” ou religiosa das metáforas de governo e de organização social em geral, as seqüências mnemônicas que elas provocam e as suas conseqüências

sobre a apreensão dos fatos sociais, ver o trabalho do cognitivista Lakoff (1996). Uma análise sociológica nutrida sobre essas relações e focada na política do governo francês de Vichy está presente em Muel-Dreyfus (1996). Análises sobre a retenção e o descarte de evidências em debates na perspectiva da Sociologia da Cultura, seguida de uma tentativa de aproximação com a psicologia cognitivista em DiMaggio (1997) e em Zerubavel (1997). Sobre a noção de espaço cognitivo e suas diversas aplicações, ver Fauconnier (1984). Uma reflexão alentada das conseqüências desses desenvolvimentos das ciências cognitivas para a análise sociológica em Bourdieu (1997).

5. Ver Bourdieu (1989:548). Desenvolvo uma vertente das minhas aplicações do conceito adiante no texto. Tento outra vertente em Grün (2005).
6. Evidentemente, poderíamos remontar até o Império e encontrar ciclos análogos de alternância entre momentos de euforia econômica e suas recíprocas restauradoras da moralidade. Ver, por exemplo, em um registro dos clássicos da História do Brasil: Faoro (1991:37 e ss.). Por sua vez, referindo-se a Joaquim Nabuco Filho, ver Nabuco (1936).
7. Há que se procurar no ímpeto termidoriano do período, em que medida ele foi uma tentativa de restauração das hierarquias sociais perturbadas pela intensa mobilidade estrutural do momento anterior. Um aspecto dessa pista pode ser especificado nas tensões que explodem na relação entre capitalistas autóctones e seus êmulos e concorrentes de origem imigrante mais próxima, constituindo o par de demônios “político ingênuo ou corrupto + capitalista ‘estrangeiro’ aproveitador ou corruptor”, que, na mitologia econômica da época, poderia ser exemplificado no par Goulart-Gasparian. Evidentemente, aspectos dessas tensões já foram explorados pelos diversos analistas do período populista e da sua crise, ainda que com outros ferramentais e propósitos.
8. Repare-se na armadilha polissêmica: “espontaneidade” significou primeiramente a positividade do livre desenvolvimento das organizações populares que se formavam ou se fortaleciam no ocaso da ditadura. Ganhando legitimidade, o conceito acaba carregando no seu halo outros significados como o da necessidade de deixar o mercado funcionar livremente e, conseqüentemente, por exemplo, deslegitimar a ação governamental no controle de preços ou na promoção do desenvolvimento através das reservas de mercado e barreiras alfandegárias. Trato o problema de maneira mais geral a partir da forma como a questão subseqüente da “transparência” está sendo reapropriada atualmente em Grün (2003a).
9. É difícil aqui deixar de pensar na economia como uma ciência que carrega um ranço teológico, como se fosse filha do pecado original, que estamos condenados a pagar para sempre, e guardiã de uma moralidade estrita que não podemos desafiar, senão a partir de justificativas cuidadosamente elaboradas e, mesmo assim, rapidamente desmontadas a partir do aparecimento de qualquer adversidade. Ver os comentários de Thompson (1998:218) a partir da análise dos usos da Economia Política nascente pelos agentes governamentais ingleses do século XIX. Essa vertente será continuada por Douglas e Ney (1998), Lebaron (2000) e Bourdieu (2000).
10. Proponho uma outra faceta dessa cronologia, mais voltada para o espaço empresarial, em Grün (1999).
11. Na visão tradicional dessa oposição, teríamos o confronto entre o *savoir-faire* dos advogados e o *know-how* dos engenheiros. E nesse espaço cognitivo de confronto, o mo-

mento favoreceria o conhecimento industrial dos engenheiros em detrimento das habilidades administrativas dos advogados. Segundo o último dicionário Houaiss, Villar e Mello Franco (2001): “KNOW-HOW: /'now haw / [ing.] s.m. (sXX) 1 conhecimento de normas, métodos e procedimentos em atividades profissionais, esp. as que exigem formação técnica ou científica 2 *p.ext.* habilidade adquirida pela experiência; saber prático ⊙Q = etim ing. know-how (1838) 'id.', comp. de to know 'conhecer, saber' + conj. how 'como, modo ou maneira de'; contra SAVOIR-FAIRE: /sa'vwaR fER/ [fr., lit. 'saber fazer'] s.m.2n. habilidade de obter êxito, graças a um comportamento maleável, enérgico e inteligente; tino, tato ⊙Q = etim fr. savoir-faire (1671), de savoir 'saber' e faire 'fazer'”.

12. Lembremos que estamos mais diante de uma questão de ênfases diferentes do que de negação direta dos argumentos contrários. Para o pensamento jurídico, o mandonismo impedia o desenvolvimento do princípio do mercado consubstanciado no cumprimento dos contratos, e por isso o Brasil não se desenvolvia. Poderíamos mesmo traçar uma linha de continuidade entre esse gênero de argumentação e aquela do neo-institucionalismo econômico de North (1990), tão popular nos dias de hoje. Já seus desafiadores engenheiros imaginavam que o desenvolvimento econômico deflagrado a partir dos centros industriais instalaria automaticamente uma racionalidade “superior”, a qual, por sua vez, enfraqueceria de morte o mandonismo, outras mazelas e seqüelas, cortando o mal pela raiz. Uma análise filosófica do papel das ênfases na construção dos mundos alternativos em Goodman (1978). A apropriação sociológica do tema em Bourdieu (1997).
13. Uma visão panorâmica das aplicações sociológicas do conceito sociolinguístico de “protótipo” em DiMaggio (1997). Um exemplo alentado de seu uso em Boltanski (1982).
14. E no espaço dos conflitos micropolíticos que ocorrem no dia-a-dia das empresas e demais organizações, seria interessante observar as disputas locais entre engenheiros, economistas, administradores e demais profissionais pela manipulação legítima da “ferramenta” orçamento. Bastante interessante, a antiga prática contábil do acompanhamento da execução das despesas anuais aprovadas pelo Congresso Nacional ganha ares de moderna técnica gerencial com a ascensão dos economistas e o conseqüente desprestígio dos contadores, agora renomeados e rebaixados em “técnicos em contabilidade”. Em um primeiro momento, a ferramenta gerencial era exclusividade dos economistas, mas a profissão de engenharia se rearmou, principalmente através da criação da nova especialidade da engenharia de produção e, além disso, os administradores apareceram na cena nuançando ainda mais o jogo, principalmente quando se consolida a especialização do administrador financeiro e começam a surgir os cursos de Master in Business Administration – MBA. Note-se que no período Fernando Henrique, o outrora estratégico Ministério do Planejamento praticamente reduziu-se ao controle do orçamento da Federação.
15. Se, como fazem em geral os cognitivistas, pensarmos simplesmente nas lógicas mnemônicas deflagradas pela oposição simbólica mestra, as técnicas da “qualidade” podem ser consideradas como compromissos entre as duas ordens. Mas se, como fazem normalmente os sociólogos, pensarmos no histórico do contencioso, o compromisso pode ser lido como uma espécie de revanche da ordem industrial totalmente desprestigiada nos últimos tempos. Através do “movimento da qualidade”, os industrialistas encontram uma maneira de retomar a vitalidade, construindo um novo espa-

ço legítimo para a sua atuação, ainda que à custa de compromissos cognitivos *vis-à-vis* a lógica concorrente, como fica claro nas técnicas do *just-in-time* e do *kaizen*.

16. Sobre esse aspecto da obra de Saint-Simon e seus ecos em Comte e muito possivelmente chegando à cultura técnica brasileira por essa via, ver Durkheim (1992:178).
17. E, assim, não é por acaso que esse aspecto futurista da ordem preconizada pelos industrialistas, que a distingue da tradição aristocrática “arcaica”, é desprezado pelos partidários da ordem comercial.
18. E um dos esportes favoritos dos economistas *mainstreamers* parece justamente ser o de encontrar uma explicação/motivação egoísta para atos que normalmente nós, os simples leigos no estudo da lógica do comportamento humano, consideramos desinteressados e dignos de admiração. Assim, no ponto de maior tensão com o “senso comum”, os atos dos santos ou dos heróis revelariam simplesmente uma preferência máxima pela glória póstuma (individual). Ver a esse respeito os esclarecedores comentários de Rieder (1990).
19. Estamos diante de um jogo muito complexo: a recusa instintiva do espaço erudito em examinar internamente as técnicas de motivação em uso nas empresas e outros espaços organizacionais que talvez deixem de levar em conta os importantes resultados que as manipulações produzem, ainda que diferencialmente e não entregando exatamente o prometido (Grün, 2003b).
20. Um debate filosófico detalhado, com aproximações a trabalhos de outros autores e esclarecimentos internos sobre a idéia de “incomensurabilidade” de Kuhn em Horwich (1993). Deve ser registrado que vem daí a “matéria-prima filosófica” para o debate sociológico sobre os problemas de mensuração da atividade econômica que mencionei anteriormente. Um outro ângulo da questão na frase elucidativa de Nelson Goodman (1996:144): É impossível achar qualquer característica dos objetos que seja independente de todas as versões.
21. A tese de Antonio José Pedroso Netto, em fase de finalização, tenta justamente mostrar, a partir do caso de uma Companhia do Estado de São Paulo, que é justamente pela desorganização das possíveis resistências que o *bandwagon* da privatização acaba se impondo.
22. Há que se registrar o incômodo causado nos arautos da “sabedoria convencional” pelo uso reiterado do termo “concertação” por parte de membros proeminentes do atual governo no seu início. Talvez esse vocábulo – que eu me lembre utilizado normalmente em Portugal, possivelmente por causa da proximidade intelectual de suas elites com as francesas, e entrado no Brasil nos anos 1970, quando da tradução lusitana de trabalhos franceses de planejamento urbano, oriundos da escola marxista de Jean Lojkiné – ainda inexistente nos dicionários brasileiros evoque a antítese mesma da doxa do período anterior. Mais ainda, “concertação” é um termo que nos remete fortemente à idéia de planejamento governamental à francesa, em tudo contraposto ao curso imprimido à atividade econômica pelo grupo de Fernando Henrique.
23. A análise sociológica geral da passagem do *ethos* implícito (e por isso eficiente) para a ética codificada está em Bourdieu (1987). A inspiração para a construção sociológica está na análise de Duby (1978) sobre a explicitação da trifuncionalidade no ocaso da sociedade feudal francesa. Nesse período, que começa no século XII, os bispos da Francia – atual norte da França, região dos francos, que se opunha geográfica e historicamente à antiga Gália, mais romanizada, menos germana – passaram a investir

pesadamente na codificação do sistema feudal, justamente quando a população mostrava sinais de “desrespeito” pela ordem “divina” que conferia à Igreja o papel de guia para as ações pessoais e de governo.

24. Quando, em finais de 1998 e no início de 1999, entrevistei engenheiros paulistas responsáveis diretos pelo manejo do sistema elétrico estadual, os alarmes estavam sendo dados, principalmente através do apontamento do baixo nível d’água das represas do Estado. Mesmo figuras públicas aparentemente próximas de Fernando Henrique, como o empresário Antônio Ermírio de Moraes, corroboravam os alertas, sem conseguir sensibilizar os tomadores de decisão.
25. O indício mais forte do posicionamento superior de algum tipo de capital é a inclinação natural da sociedade, em um determinado momento, em considerar relevante a opinião de seu detentor relativamente a algum assunto que não seja o de sua competência específica. Falo aqui tanto da inclinação do titular em emitir opiniões, quanto na inclinação da sociedade em ouvi-la e levá-la em conta. Assim, no momento *T(3)*, as opiniões dos nossos líderes sindicais eram consideradas importantes quando tinham por objeto a sua zona de competência específica, perdendo quase completamente a força quando se considerava que o assunto “extrapolava” seu domínio. Em *T(4)*, evidentemente esses atores, e suas opiniões, ganham mais importância. Desenvolvo esse tema mais amplamente em Grün (2004a).
26. Proposta que não encontra guarida entre os postuladores das teorias do diálogo ou do cognitivismo não sociológico, que crêem mais amplamente na possibilidade de esclarecimento através da exposição intelectual (Gigerenzer *et alii*, 1999; Gigerenzer e Selten, 2001). É interessante notar que essas obras se inscrevem em uma linhagem de preocupações de defesa dos indivíduos contra as manipulações organizacionais, mercadológicas, religiosas ou políticas. Uma observação rápida do seu conteúdo pode tentar assimilá-las à vasta galáxia da literatura de auto-ajuda, mas é justamente o contrário dela. Correlativamente, tem-se importantes trabalhos franceses animados com propósitos análogos, mas em outro nível de generalização (Joule e Beauvois, 1987; 1998). Tento dar conta parcialmente do fenômeno em Grün (2003b).
27. O autor apresenta-se como diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo – SEESP e do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico – Ilumina, Organização Não-Governamental que concentrou grande número de críticos ao modelo de privatização do setor elétrico, sendo especialmente bem receptivo às posições de Luiz Pinguelli Rosa e Carlos Lessa, os quais estiveram no governo Lula. Ver o site <http://www.ilumina.org.br/zpublisher/secoes/home.asp>. Uma história intelectual dessa posição recuaria certamente à coalizão de cientistas, engenheiros e militares os quais sustentaram a Lei de Reserva de Mercado para a Informática nas décadas de 1970 e 1980. De maneira mais nuançada, é provável que ela tenha se referido na segunda metade dos anos 1980, em torno do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP. A exploração dessa cronologia pode, e deve, gerar uma pesquisa nela mesma.
28. E a se crer em Pinguelli Rosa, os membros do governo Lula também acreditariam nessa representação (Soares, 2004).
29. Algumas indicações do novo papel dos fundos de pensão no governo Lula em Grün (2004b; 2005).

30. É claro que sempre é possível racionalizar o processo de integração como um custo institucional necessário para a viabilização do negócio e inseri-lo nos cálculos financeiros. Mas essa operação também introduz uma zona cinzenta muito incômoda para a retórica de mercado, possibilitando a eclosão de contenciosos que deslegitimam aquela ordem (uma previsão por menor que fosse geraria insegurança para os investidores; uma previsão por maior que fosse geraria acusações de tentativa de ganhos extraordinários).
31. Um ponto a ser tratado no futuro são os usos nacionais das prescrições internacionais em termos de “ortodoxia econômica”. Em diversas situações, muitos agentes mal disfarçam a cumplicidade com os órgãos de fomento internacional, no sentido de utilizá-los como fachada para justificar agendas indefensáveis diante da opinião pública ou do Parlamento. Para isso, uma “história intelectual e social das cartas de intenção dirigidas pelo governo brasileiro ao FMI” é uma contribuição imperiosa que as ciências sociais devem à sociedade.
32. É interessante notarmos que há fortes indícios de que o problema central que levou à *débâcle* da Enron, e mais precisamente, à incapacidade do “mercado” em prever o evento, foi a dificuldade em entender e controlar a escrituração contábil, e conseqüentemente o grau de exposição ao risco, de uma empresa que funcionava “em rede” (Coffee, 2002; Mackenzie, 2003). Essa constatação mostra alguns limites à profecia do “mundo em rede” que nos acostumamos a tomar como certas nos últimos tempos e confere veracidade às análises que conferem perenidade à forma corporativa, quando comparada às idéias conexionistas (Kraakman, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Alcides. (2001), “Malan poderia ser Presidente” (entrevista de Antônio Ermírio de Moraes). *Jornal do Brasil*, 12 de agosto.
- BALBI, S. (2003a), “Distribuidora Pede a Credores mais Prazo para Quitar Débito: Light não Paga US\$ 150 mi que Vinha Rolando desde Abril”. *Folha de S. Paulo*, 2 de julho.
- . (2003b), “Empresas Inadimplentes Devem US\$ 7,3 bi no País”. *Folha de S. Paulo*, 13 de julho.
- e VARGA, L. (2003), “Para Analistas, Socorro será apenas Alívio de Curto Prazo”. *Folha de S. Paulo*, 17 de setembro.
- BARROS, G. D. (2004), “Arrocho Derruba Investimento Público: Total de Gastos Recuou de R\$ 14,6 bilhões em 2001 para R\$ 6,5 bilhões em 2003”. *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto.
- BATISTA, R. (2003), “Rosa Assume Previ Antevendo ‘Disputas’”. *Valor Econômico*, 25 de fevereiro.

“Apagão Cognitivo”: A Crise Energética e sua Sociologia

- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (1966), *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, NY, Doubleday.
- BOLTANSKI, L. (1982), *Les Cadres: La Formation d'un Group Social*. Paris, Minuit.
- _____ e THÉVENOT, L. (1991), *De la Justification: Les Économies de la Grandeur*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, P. (1982), *Ce que Parler Veut Dire: L'Économie des Échanges Linguistiques*. Paris, Fayard.
- _____. (1987), *Choses Dites*. Paris, Éditions de Minuit.
- _____. (1989), *La Noblesse d'État: Grandes Écoles et Esprit de Corps*. Paris, Éditions de Minuit.
- _____. (1997), *Méditations Pascaliennes*. Paris, Seuil.
- _____. (2000), *Les Structures Sociales de l'Économie*. Paris, Seuil.
- BRAGA, I. (2003), “Berzoini quer Mudança nas Normas que Restringem Investimentos dos Fundos de Pensão”. *O Globo*, 7 de janeiro.
- BRAGA, P. (2004), “Crise Energética Argentina Reduz Produção Industrial: Redução no Ritmo da Indústria Deve Ter Impacto sobre o PIB”. *Valor Econômico*, 19 de maio.
- BRASÍLIA, S. D. (2004a), “Brasil Suspende Envio de Energia à Argentina”. *Folha de S. Paulo*, B4, 3 de abril.
- _____. (2004b), “Usina Vende Energia para a Argentina”. *Folha de S. Paulo*, B3, 20 de abril.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1972), *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- CARDOSO, F. H. e SOARES, M. (1998), *O Mundo em Português: Um Diálogo*. São Paulo, Paz e Terra.
- COFFEE, J. C. (2002), “Understanding Enron: It's About the Gatekeepers, Stupid”. *Working Paper*, nº 207. Columbia Law School, The Center for Law and Economic Studies.
- DELFIN NETTO, A. (2003), “Crescimento e Imposto sobre Energia: ‘Apagão’ fez País Perder a Vantagem da Energia Farta”. *Valor Econômico*, 5 de agosto.
- DELGADO, Maria Lúcia e BATISTA, Henrique Gomes. (2004), “Câmara Surpreende e Conclui PPP, que segue à Sanção Presidencial”. *Valor Econômico*, 23 de dezembro.
- DIMAGGIO, P. (1997), “Culture and Cognition”. *Annual Review of Sociology*, vol. 23, pp. 263-287.
- _____. (2001), *The Twenty-First-Century Firm: Changing Economic Organization in International Perspective*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- DOUGLAS, M. (1975), *Implicit Meanings Selected: Essays in Anthropology*. London/Boston, Routledge & Paul.
- _____. (1985), *Risk Acceptability according to the Social Sciences*. New York, Sage Foundation.
- _____. (1986), *How Institutions Think*. Syracuse, NY, Syracuse University Press.
- _____. (1992), *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory*. London/New York, Routledge.

- ____ e NEY, S. (1998), *Missing Persons: A Critique of the Social Sciences*. Berkeley/New York, University of California Press/Russell Sage Foundation.
- DOUGLAS, M. e WILDAVSKY, A. B. (1982), *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*. Berkeley, University of California Press.
- DUAILIBI, J. (2001), "Ex-ministro Mendonça de Barros Depõe na Justiça e Diz que Escuta Serviu a Vencedor no Leilão da Telebrás: Mendonça Liga Ex-diretor do BB a Grampo". *Folha de S. Paulo*, 26 de abril.
- DUBY, G. (1978), *Les Trois Ordres ou L'Imaginaire du Féodalisme*. Paris, Gallimard.
- DURKHEIM, É. (1992)[1922], *Le Socialisme*. Paris, PUF.
- ____ e KARADY, V. (1975), *Textes: Éléments d'une Théorie Sociale*. Paris, Éditions de Minuit.
- EVANS, P. (1979), *A Tríplice Aliança: As Multinacionais, as Estatais e o Capital Nacional no Desenvolvimento Dependente Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FAORO, R. (1991), *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Globo, pp. 37 e ss., vol. 2.
- FAUCONNIER, G. (1984), *Espaces Mentaux: Aspects de la Construction du Sens dans les Langues Naturelles*. Paris, Éditions de Minuit.
- FENG, H., FROUD, J., SUKHDEV, J., HASLAM, C. e WILLIAMS, K. (2001), "A New Business Model? The Capital Market and the New Economy". *Economy and Society*, vol. 30, nº 4, pp. 467-503.
- FLECK, L. (1979)[1935], *Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago, University of Chicago Press.
- FUTEMA, F. (2004), "PT e PPS Fecham Aliança para Eleição da Cassi". *Folha de S. Paulo*, 30 de janeiro.
- GIGERENZER, G. e SELTEN, R. (2001), *Bounded Rationality: The Adaptive Toolbox*. Cambridge, MA, MIT Press.
- GIGERENZER, G. et alii. (1999), *Simple Heuristics that Make us Smart*. New York, Oxford University Press.
- GOODMAN, N. (1978), *Ways of Worldmaking*. Indianapolis, Hackett Publishing.
- ____. (1996), "On Starmaking", in P. J. McCormik (ed.), *Starmaking: Realism, Anti-Realism and Irrealism*. Cambridge, The MIT Press.
- GRÜN, R. (1996), "O Medo do Desemprego e a Mudança nos Sistemas Simbólicos da Classe Média Brasileira", in E. Reis et alii (eds.), *Política e Cultura: Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas*. São Paulo, Hucitec/ANPOCS, pp. 127-141.
- ____. (1999), "Modelos de Empresa, Modelos de Mundo: Sobre algumas Características Culturais da Nova Ordem Econômica e da Resistência a Ela". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 41, pp. 121-140.
- ____. (2003a), "Atores e Ações na Construção da Governança Corporativa Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, nº 52, pp.121-143.
- ____. (2003b), "A Promessa da 'Inserção Profissional Instigante' da Sociedade em Rede: A Imposição de Sentido e a sua Sociologia". *Dados*, vol. 46, nº 1, pp. 5-37.

- _____. (2003c), “Fundos de Pensão no Brasil do Final do Século XX: Guerra Cultural, Modelos de Capitalismo e os Destinos das Classes Médias”. *Mana*, vol. 9, nº 2, pp. 7-38.
- _____. (2004a), “A Evolução Recente do Espaço Financeiro no Brasil e Alguns Reflexos na Cena Política”. *Dados*, vol. 47, nº 1, pp. 5-47.
- _____. (2004b), “A Sociologia das Finanças e a Nova Geografia do Poder no Brasil”. *Tempo Social*, vol. 12, nº 2, pp. 151-176.
- _____. (2005), “A Evolução da Governança Corporativa no Brasil: Inovações Financeiras e Convergência das Elites”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 58, pp. 64-90.
- HABERMAS, J. (1984), *The Theory of Communicative Action*. Boston, Beacon Press.
- HACKING, I. (1999), *The Social Construction of What?* Cambridge, MA, Harvard University Press.
- HECKSCHER, C. C. (1995), *White-Collar Blues: Management Loyalties in an Age of Corporate Restructuring*. New York, Basic Books.
- HOLLANDA, D. D. (2001), “Crise de Energia será Superada ‘em Algum Momento de 2002’, diz Malan”. *Valor Econômico*, 27 de julho.
- HORWICH, P. (ed.). (1993), *World Changes: Thomas Kuhn and the Nature of Science*. Cambridge, The MIT Press.
- HOUAISS, A., VILLAR, M. S. e MELLO FRANCO, F. M. (2001), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- HUNTER, J. D. (1991), *Culture Wars: The Struggle to Define America*. New York, NY, Basic Books.
- JOULE, R. V. e BEAUVOIS, J.-L. (1987), *Petit Traité de Manipulation à l’Usage des Honnêtes Gens*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- _____. (1998), *La Soumission Librement Consentie: Comment Amener les Gens à Faire Librement ce qu’ils Doivent Faire?* Paris, Presses Universitaires de France.
- KIRCHNER, C. A. R. A (2003), “‘Quebra’ das Empresas de Energia: O Quadro Exige uma Ampla Auditoria nas Distribuidoras para Verificar a Situação Financeira de cada Uma. *Folha de S. Paulo*, 27 de fevereiro.
- KOTCHO, R. (1976), “Assim Vivem os Nossos Superfuncionários”. *O Estado de S. Paulo*, 1º de agosto.
- KRAAKMAN, R. (2001), “The Durability of Corporate Form”, in P. DiMaggio (ed.), *The Twenty-First-Century Firm: Changing Economic Organization in International Perspective*. Princeton, Princeton University Press, pp. 147-160.
- LAKOFF, G. (1996), *Moral Politics: What Conservatives Know that Liberals Don’t*. Chicago, The University of Chicago Press.
- LEBARON, F. (2000), *La Croyance Économique: Les Économistes entre Science et Politique*. Paris, Seuil.
- LEITÃO, M. (2004), “PPP em Debate”. *O Globo*, 21 de setembro.
- LOBATO, E. (2004), “Empreiteiros Criticam Tasso por Atacar PPPs: Nota diz que Senador Trata de ‘Picuinhas Partidárias’”. *Folha de S. Paulo*, 25 de setembro.

- LORDON, F. (2002), *La Politique du Capital*. Paris, Odile Jacob.
- MACKENZIE, D. (2003), "A Philosophical Investigation into Enron". *The Guardian*, 26 de maio.
- MARTINS, C. E. (1977), *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- MARTINS, L. (1976), *Pouvoir et Développement Économique: Formation et Évolution des Structures Politiques au Brésil*. Paris, Anthropos.
- . (1985), *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MEDINA, H. (2001), "Governo Culpa Governo por Racionamento: Obras Paradas, Falhas de Comunicação e Modelo de Privatização Levaram à Crise; Tourinho também Falhou". *Folha de S. Paulo*, 26 de julho.
- MELLO, E. C. D. (1995), *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MESQUITA, R., MITRE, F. e PORTELA, F. A. (1983), "República Socialista Soviética do Brasil". *Jornal da Tarde*, 1º de agosto.
- MEYER, M. W. e O'SHAUGHNESSY, K. (1993), "Organizational Design and the Performance Paradox", in R. Swedberg (ed.), *Explorations in Economic Sociology*. New York, Russell Sage Foundation, pp. 249-278.
- MICHAEL, I. D. A. (2004), "Kroll tinha Fortes Ligações com a Área Policial, diz PF". *Folha de S. Paulo*, A11, 4 de agosto.
- MORAES, A. E. D. (2004), "Juízo Brasil!". *Folha de S. Paulo*, 14 de novembro.
- MUEL-DREYFUS, F. (1996), *Vichy et l'Éternel Féminin: Contribution à une Sociologie Politique de l'Ordre des Corps*. Paris, Seuil.
- NABUCO, Joaquim. (1936), *Um Estadista do Império*. São Paulo, Cia Editora Nacional.
- NETO, O. C. (2001), "Dono do Cofre pode Enfrentar Processo: O Ministro da Fazenda, Pedro Malan, é Apontado em Depoimentos Dados a Procuradores da República, como o Principal Responsável pela Crise Energética. Ele teria Segurado Investimentos nesse Setor Estratégico". *Correio Braziliense*, 11 de maio.
- NORTH, D. C. (1990), *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, F. (2000), "Reichstul Anuncia Reestruturação". *O Globo*, 24 de outubro.
- ORDOÑEZ, R. (1999), "Petrobras Tem Novo Presidente". *O Globo*, 23 de março.
- PALACIOS, A. (2004), "Argentina terá Racionamento de Energia". *O Estado de S. Paulo*, 25 de abril.
- PERROW, C. (1990), "Economic Theories of Organization", in P. DiMaggio (ed.), *Structures of Capital: The Social Organization of the Economy*. Cambridge, UK/New York, Cambridge University Press, pp.121-152.
- RIEDER, J. (1990), "Rhetoric of Reason, Rhetoric of Passion: Sociolinguistic Aspects of Instrumental and Expressive Rhetorics". *Rationality and Society*, vol. 2, nº 2, pp. 190-213.

- ____ e STEINLIGHT, S. (2003), *The Fractious Nation?: Unity and Division in Contemporary American Life*. Berkeley, University of California Press.
- RIO, C. V. D. (2004), “Previ quer Explicações da Brasil Telecom sobre Contratação da Kroll”. *Valor Econômico*, 12 de agosto.
- SAINT-SIMON, Claude-Henri de. (1821), *Du Système Industriel* (obras completas). Paris, Anthropos, vol. 6.
- SANTOS, C. (2001), “PF Investiga Suposta Corrupção entre Consórcio Telemar e Ex-Diretor do BB”. *Folha de S. Paulo*, A9, 27 de setembro.
- SOARES, P. (2004), “Para Ex-Presidente da Estatal, Governo Intervém em Excesso e Trata a Empresa apenas como ‘Geradora de Superávit’: Falta Autonomia à Eletrobrás, diz Pinguelli”. *Folha de S. Paulo*, 7 de junho.
- SOUZA, L. (2001), “Crise de Energia Deixa Economistas Perdidos”. *Folha de S. Paulo*, 13 de maio.
- ____. (2004), “Segundo Palocci, FMI Comprometeu-se apenas a Avaliar Propostas do Brasil; Benefícios só Viriam em 2005”. *Folha de S. Paulo*, 28 de abril.
- THOMPSON, E. P. (1998), *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.
- VARGA, L. (2003), “Segundo Levantamento da Economática, Patrimônio de 21 Empresas Caiu pela Metade em 4 Anos: Estudo Detecta Má Gestão nas Elétricas”. *Folha de S. Paulo*, 2 de abril.
- VIEIRA, H. M. E. C. (2003), “Briga na Telefonia Sérgio Rosa Aponta os Desacertos entre os Sócios e o Fundo de Investimentos na Brasil Telecom: Previ e BNDES Buscam Adesões contra Opportunity”. *Valor Econômico*, 1º de outubro.
- WEBER, M. e SWEDBERG, R. (1999), *Essays in Economic Sociology*. Princeton, Princeton University Press.
- WILLIAMS, R. H. (1997), *Cultural Wars in American Politics: Critical Reviews of a Popular Myth*. New York, Aldine de Gruyter.
- WILSON, R. A. e KEIL, F. C. (1999), *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*. Cambridge, MA, The MIT Press.
- ZERUBAVEL, E. (1997), *Social Mindscapes: An Invitation to Cognitive Sociology*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

ABSTRACT

“Cognitive Blackout”: Towards a Sociology of Energy Crisis Risk

Brazil suffered an energy crisis in the early 21st century. The purpose of this article is to show how the crisis was caused by a kind of institutional blindness. Using the language of the time, I refer to the crisis as a “cognitive blackout”. The proposed explanation is that the constraints produced by the evolution of the Brazilian economic culture and conjuncture provide the basis for the cognitive bias and framing that the issue gained at the time. They produced a version of modernity centered on praising the market principle and its corollary ideas such as spontaneity, the short term, and “small is beautiful”. All these notions blinded public leaders and other opinion-makers to the idea of long-term planning and the perception of risks that ended up materializing in the energy crisis.

Key words: blackout; energy crisis; cognitive sociology; economic culture

RÉSUMÉ

“Black-out Cognitif”: Pour une Sociologie du Risque de la Crise de l'Énergie

Le Brésil a connu une crise énergétique au début du XXI^e siècle. On cherche ici à montrer qu'elle a été le résultat d'une sorte de cécité institutionnelle, selon l'expression à l'époque, un “black-out cognitif”. On pense que les contraintes imposées par l'évolution de notre culture et conjoncture économique sont à l'origine du biais et du cadre cognitif que le problème a connu à l'époque. Ces contraintes ont provoqué une version de la modernité centrée sur l'éloge du principe du marché et de certaines notions qui lui sont corollaires, comme celle de la spontanéité, du court terme et du “small is beautiful”. Des notions qui écartaient les hommes publics et les formateurs d'opinion de toute planification à long terme et de la perception des risques qui se sont finalement matérialisés.

Mots-clé: black-out; crise énergétique; sociologie cognitive; culture économique